



População e entidades se mobilizam contra efeitos da mineração em Anchieta (ES)

DATA DE EDIÇÃO
22/12/2015

MUNICÍPIOS
ES - Anchieta

LATITUDE
-

LONGITUDE
-

SÍNTESE

Moradores, entidades da sociedade civil, ambientalistas e pescadores de Anchieta, município localizado no sul do Espírito Santo, têm se mobilizado contra os impactos negativos de grandes empreendimentos em seu território, entre eles a mineração. A Samarco, controlada pela Vale e pela anglo-australiana BHP Billiton, mantém na cidade 4 usinas de pelotização (que transformam o minério em pelotas) e um terminal marítimo, por onde é escoada toda sua produção. A atividade da empresa tem afetado comunidades tradicionais de pesca artesanal de Ubu e Parati, as quais se queixam da poluição e da redução dos cardumes. Os moradores também reclamam do “pó preto” depositado nas casas, provenientes das instalações da empresa.

APRESENTAÇÃO DE CASO

Uma das mais antigas localidades do Espírito Santo e do Brasil, o município de Anchieta se originou de uma aldeia de índios catequizada pelos padres jesuítas. Está localizado no sul do Espírito Santo, a cerca de 82 km da capital Vitória. O município conta com os distritos de Anchieta (sede), Jabaquara e Alto Pongal (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, 2010).

Com uma área de 411,898 Km² e uma população estimada, em 2015, de 27.624 pessoas (IBGE, 2014), Anchieta tinha, em 2010, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,730, o que o colocava na 1.021ª posição entre os municípios brasileiros (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL 2013).

Situado numa área originalmente de bioma da Mata Atlântica, até meados da década de 1970, Anchieta tinha uma economia majoritariamente agrária, sendo a pesca uma alternativa de renda para as populações localizadas no litoral (MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTICA AMBIENTAL E SAUDE NO BRASIL, 2014). No entanto, a maior receita municipal advém da atividade empresarial, especialmente da Samarco Mineração S.A. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, 2010), uma empresa brasileira de capital fechado, controlada em partes iguais pela Vale e pela empresa anglo-australiana BHP Billiton (SAMARCO, s.d.).



Fundada em 1977, a Samarco produz principalmente pelotas de minério de ferro que são comercializadas para a indústria siderúrgica mundial. Em Anchieta, na região de Ubu, estão localizadas quatro usinas de pelotização (que transformam o minério em pelotas) e um terminal marítimo da empresa, por onde é escoada toda sua produção (SAMARCO, s.d.). Possui também estações de tratamento e recirculação da água, o que, segundo a empresa, permite um reaproveitamento de aproximadamente 90% do recurso. O restante é tratado e

lançado na lagoa de Mãe-Bá, que foi em parte represada, constituindo a Barragem Norte, para armazenar os efluentes industriais gerados nos processos produtivos da indústria no estado e também os provenientes da unidade de Germano (MG), que chegam até o Espírito Santo através de um mineroduto (COSTA, 2015).

A exploração do minério de ferro pela Samarco começa na unidade de Germano, em Mariana (MG), de onde é transportado por correias e tratores até uma usina de concentração no mesmo município; onde passa por processos de moagem, britagem, redução, flotação, retirada de impurezas e espessamento (MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTICA AMBIENTAL E SAUDE NO BRASIL, 2014). Ao sair da usina, a concentração de ferro no minério terá passado de um teor inicial de 46% para até 67%. Ai então, o concentrado é transportado por meio de minerodutos para Anchieta, num percurso de cerca de 396 km, atravessando 25 municípios mineiros e capixabas (SAMARCO, s.d.).

Em 2015, a Samarco foi eleita pela quinta vez a melhor mineradora do Brasil pelo anuário “Melhores e Maiores” da Revista Exame. A empresa figurou como a segunda maior do setor, ocupando a 28ª colocação entre as maiores indústrias e a 10ª colocação entre as principais exportadoras do país (BRASIL MINERAL, 2015)

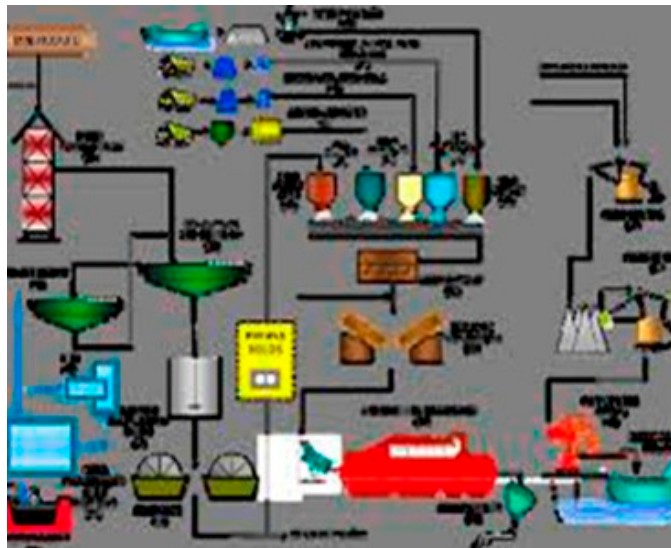
Segundo a Samarco, sua atividade produtiva gera emprego, renda e desenvolvimento econômico, respeitando a dinâmica ambiental e social do seu entorno, contribuindo para a preservação da qualidade ambiental e o desenvolvimento social das comunidades (MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTICA AMBIENTAL E SAUDE NO BRASIL, 2014).

Assim como outras grandes empresas, a Samarco desenvolve diversas ações na área da chamada responsabilidade social empresarial, numa estratégia de aproximação de entidades da sociedade civil e das comunidades impactadas por suas atividades. Entre outras coisas, desenvolve programas de estímulo à ação voluntária de seus funcionários, patrocina cursos de qualificação profissional, especialmente os voltados para formação de trabalhadores da construção civil; realiza programas de promoção da saúde bucal para crianças em idade escolar; de educação e comunicação para a responsabilidade social; patrocina atletas e entidades de proteção ao meio ambiente. Essas ações são largamente divulgadas em relatórios de sustentabilidade e têm ajudado a empresa a consolidar a imagem de agente transformador da realidade local (MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTICA AMBIENTAL E SAUDE NO BRASIL, 2014).

A empresa também investe na gestão ambiental, desenvolvendo programas de monitoramento e gestão da qualidade ambiental no entorno das plantas de Ubu, em especial próximo à lagoa Mãe-bá. Foi a primeira mineradora no mundo a receber a certificação ISO 14001, se

comprometendo a minimizar continuamente os efeitos de suas atividades sobre o meio ambiente (COELHO, 2009).

Apesar da estratégia socioambiental adotada, desde o início das obras para instalação da empresa em Ubu, em 1973, a Samarco tem enfrentado conflitos com os moradores, entidades da sociedade civil, ambientalistas e pescadores (RAMOS; ATAÍDE, 2013).



A principal queixa da população é o “pó preto” depositado nas casas, provenientes das instalações da Samarco, que é mais intenso no centro do município e nos bairros próximos à indústria de pelletização. Há também relatos de contaminação das lagoas, especialmente da lagoa Mãe-Bá. Há, ainda, queixas de destruição dos manguezais, localizados nas margens do Rio Benevente - onde está situada a Ilha do Papagaio, uma área de preservação permanente – pela instalação dos minerodutos da empresa (RAMOS; ATAÍDE, 2013).

Em 2005, quando a empresa começou a construir sua terceira usina de pelletização, o Fórum Permanente de Defesa de Meaípe iniciou uma luta contra a expansão da empresa em Anchieta e pela mitigação dos impactos socioambientais no sul capixaba. A entidade acionou o Ministério Público Estadual (MPE-ES) tentando impedir a construção da usina. Entre diversos problemas alegados destacava-se o relato de contaminação por cádmio da praia Meaípe, entre o Hotel Gaeta e a Lagoa de Ubaí. O Fórum alegava que a Associação Aquícola de Guarapari fora impedida, por órgãos ambientais, de instalar uma Fazenda de Mariscos no local, em virtude da alta concentração do metal pesado em suas águas. No entanto, em audiência pública, no dia 24 de fevereiro de 2005, o lema declarou não ter conhecimento de nenhum estudo referente a essas ocorrências em Meaípe. As tentativas do Fórum resultaram infrutíferas, pois a empresa inaugurou a terceira usina em 2008 e, posteriormente, instalou uma quarta usina de pelletização, inaugurada em março de 2014 (MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTICA AMBIENTAL E SAUDE NO BRASIL, 2014).

Porém, um dos conflitos mais intensos tem sido o decorrente dos efeitos das dragagens periódicas promovidas pela

empresa no porto de Ubu, de sua propriedade, as quais, segundo os pescadores, provocam destruição da vida marinha, devido ao deslocamento de grandes quantidades de areias, formando bancos em locais onde havia viveiros de peixes; além de furos subterrâneos devido ao uso de dinamites. Os pescadores alegam que esses procedimentos, além de contaminar a água do mar, reduzem o espaço da pesca artesanal e os obrigam a interromper seu trabalho por cerca de três a quatro meses (RAMOS; ATAÍDE, 2013).

Entre as populações mais afetadas estão as comunidades tradicionais de pesca artesanal de Ubu e Parati, que habitam a região há pelo menos três gerações (CORREA, 2014). Eles têm reclamado da redução do espaço de trabalho e dos cardumes (RAMOS; ATAÍDE, 2013). Numa tentativa de defender seus direitos, em junho de 2006, um grupo de pescadores locais fundou a Associação de Pescadores de Ubu e Parati (APUP), desenvolvendo ações políticas e legais, como pedidos de indenização pelos danos causados pela empresa a sua atividade (CORREA, 2014). Segundo o presidente da APUP, os cardumes estariam sendo afugentados pelo fato de a Samarco despejar o material retirado do fundo do mar a menos de uma milha do local da dragagem, em vez de a 10 milhas, conforme previsto pelo projeto original apresentado à Secretaria de Meio Ambiente de Anchieta (MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTICA AMBIENTAL E SAUDE NO BRASIL, 2014).

O município sofre ainda com o adensamento populacional no entorno dos grandes empreendimentos. A construção das quatro usinas de pelotização da Samarco atraíram muitos trabalhadores de outras localidades, dando origem à ocupação irregular do solo e ao surgimento de “bolsões de pobreza”. Outro problema é o elevado índice de morte por câncer e doenças no aparelho respiratório, que acometem principalmente os mais velhos, que estão expostos à poluição ambiental desde a década de 1970 (RAMOS, 2013).

Desde 1993, a mineradora já foi multada pelo menos seis vezes por despejo de poluentes na lagoa e no mar de Anchieta. Uma das multas foi referente à poluição dos locais por um óleo tóxico e cancerígeno, utilizado como lubrificante para capacitadores e transformadores elétricos, cuja utilização já tinha sido proibida no país desde 1981, por meio de portaria ministerial. Em 2008, a empresa foi multada em R\$ 1.327.543, por poluição da lagoa Mãe-Bá e da Praia do Além. Técnicos do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) constataram a presença de pó de minério sobre a areia, a vegetação de restinga e a água (COSTA, 2015). Em abril de 2015, a Justiça do Espírito Santo condenou a mineradora a pagar indenização por danos materiais a uma família moradora de Ubu, devido à liberação de pó preto. A empresa foi condenada a pagar indenização no valor R\$ 13,8 mil, além de juros e correção monetária (NOTÍCIAS DE MINERAÇÃO BRASIL, 2015).



Em sua defesa, a empresa divulgou nota onde declara que desde 1977, quando iniciou suas operações, “investe continuamente em melhorias do seu sistema de controle atmosférico e, mais recentemente, no período entre 2010 e 2014, investiu mais de R\$ 350 milhões em controles ambientais específicos para emissões atmosféricas. Além disso, a Samarco investirá mais R\$ 130 milhões entre 2015 e 2019, que incluem novos controles de emissões, operação e manutenção de todo o sistema de controle atmosférico da unidade de Ubu. Ao todo, esses novos investimentos possibilitarão uma redução adicional de 18,2% na emissão de particulados” (NOTÍCIAS DE MINERAÇÃO BRASIL, 2015).

Após o rompimento da barragem da Samarco, em Mariana (MG), no dia 5 de novembro de 2015, os conflitos com as populações e entidades civis se intensificaram. Os pescadores de Anchieta renovaram a reclamação sobre a qualidade da água da lagoa Mãe-Bá que, segundo eles, não possui mais peixes e tornou-se “um manancial inóspito, sem vida aparente”. O biólogo e mestre em biologia vegetal Adriano Goldner Costa realizou pesquisa a lagoa Mãe-Bá, entre 2005 e 2008, para identificar o potencial de proliferação de cianobactérias, algas que podem ser nocivas ao ser humano, e constatou que, desde que a Samarco represou a lagoa para criar a Barragem Norte, o ecossistema tem sido afetado, especialmente nas aberturas da barragem. “O que acontece com a lagoa é um espelho, em menor escala, do que está acontecendo com o Rio Doce”, disse (COSTA, 2015).

Em decorrência do acidente com a barragem da empresa em Mariana, a Samarco anunciou a suspensão das operações industriais na unidade de Ubu, em Anchieta, “ao final dos estoques de minério, bem como as operações de embarque, que serão interrompidas ao término dos estoques de produtos” (FONTES, 2015). Três das quatro usinas de pelotização da empresa foram paralisadas (MACHADO, 2015a).

Temendo o desemprego e os efeitos sobre a economia local, o prefeito de Anchieta solicitou à Samarco que mantivesse o emprego de mais de mil trabalhadores nos próximos 12 meses (MACHADO, 2015b).

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL MINERAL. Samarco pela quinta vez ganha "Melhores e Maiores" da Exame, 02. Jul. 2015. Disponível em: <http://www.brasilmineral.com.br/noticias/samarco-pela-quinta-vez-ganha-%E2%80%9Cmelhores-e-maiores%E2%80%9D-da-exame>. Acesso em: 06 jan. 2016.

CORREA, Josilene Cavalcanti. Expansão urbano - industrial e a face antidemocrática da legislação ambiental: a pesca em Anchieta – ES. Anais do Colóquio do Grupo de Estudos de Teoria Política (GETPol), v. 2, n. 1, 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/getpol/article/download/8161/5822>. Acesso em: 06 jan. 2016.

COSTA, Wing. Lagoa recebe rejeitos da Samarco em Anchieta e pescadores reclamam. G1, 04 dez. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/12/lagoa-recebe-rejeitos-da-samarco-em-anchieta-e-pescadores-reclamam.html>. Acesso em: 06 jan. 2016.

FONTES, Stella. Samarco vai paralisar operações também no Espírito Santo. Valor Econômico, 08 nov. 2015. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/4306190/samarco-vai-paralisar-operacoes-tambem-no-espírito-santo-apos-acidente>. Acesso em: 06 jan. 2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anchieta (ES). Cidades@, 2014. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=320040>. Acesso em: 06 jan. 2016.

MACHADO, Glenda. Usinas de pelotização da Samarco em Anchieta foram paralisadas. Jornal Folha da Cidade, 09 nov. 2015a. Disponível em: <http://folhadacidade.inf.br/index.php/usinas-de-pelotizacao-da-samarco-em-anchieta-foram-paralisadas/>. Acesso em: 06 jan. 2016.

MACHADO, Viviane. Prefeito quer que Samarco garanta empregos por 1 ano em Anchieta. Portal G1, 24 nov. 2015b. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/11/prefeito-quer-que-samarco-garanta-empregos-por-1-ano-em-anchieta.html>. Acesso em: 05 jan. 2016.

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTICA AMBIENTAL E SAUDE NO BRASIL. ES - Comunidades tradicionais de Anchieta se mobilizam contra empreendimentos ambientalmente danosos. LIS/ICICT/Fiocruz, 02 jul. 2014. Disponível em: <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=336>. Acesso em: 06 jan. 2016.

NOTÍCIAS DE MINERAÇÃO BRASIL. Justiça condena Samarco a pagar R\$ 14 mil por dano causado por "pó preto", 28 abr. 2015. Disponível em: <http://www.noticiasdemineracao.com/storyview.asp?storyID=826948230§ion=Sustentabilidade§ionsource=s1450699&aspdsc=yes>. Acesso em: 06 jan. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA. História de Anchieta. Gerência de Comunicação, 01 nov. 2010. Disponível em: http://www.anchieta.es.gov.br/Materia_especifica/6495/Historia%ADde%ADAnchieta2/2. Acesso em: 06 jan. 2016.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL 2013. Ranking IDHM Municípios 2010. In: Site PNUD. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>. Acesso em: 06 jan. 2016.

RAMOS, Maria Helena Rauta; ATAÍDE, Soraya Gama de. Luta pela preservação ambiental: dilemas e contradições. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 186-195, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v16n2/04.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2016.

COELHO, Cíntya Nascimento. Samarco e o melhor resultado de sua história. Revista Ietec, n. 27, ago a out, 2009. In: Site TechHoje. Disponível em: http://www.techhoje.com.br/site/techhoje/categoria/detalhe_artigo/729. Acesso em: 06 jan. 2016.

SAMARCO. A Samarco. Site, s.d. Disponível em: <http://www1.samarco.com/modules/system/viewPage.asp?P=1063&VID=default&SID=892325558690426&S=1&A=closeall&C=9979>. Acesso em 10 nov. 2015.